

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL, JOSÉ ANTÓNIO BARROS, NO "XIV FÓRUM IBERO-AMERICANO DE SISTEMAS DE GARANTIA E FINANCIAMENTO PARA AS MICRO E PME", NO HOTEL SHERATON, EM LISBOA, NOS DIAS 10 E 11 DE SETEMBRO DE 2009.

(Cumprimentos)

Como Presidente fundador, em Portugal, do sistema de garantia mútua, ao qual dediquei largos anos da minha actividade profissional, e rendo aqui homenagem ao meu Amigo Pablo Pombo, Presidente fundador do sistema espanhol, a quem devo a minha iniciação e conhecimento nestas lides, gostaria de começar esta minha intervenção por um testemunho sobre a evolução deste sistema em Portugal, ao longo dos últimos 15 anos.

Relativamente recente no nosso país, o sistema de garantia mútua teve origem na constituição, em Setembro de 1994, da SPGM - Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua, por iniciativa do IAPMEI, como uma iniciativa piloto com vista à demonstração da viabilidade e interesse deste instrumento. Esta sociedade começou por emitir directamente garantias a favor de PME dos sectores industrial, do comércio e dos serviços, entre 1995 e 2002, funcionando de início com base em contragarantias prestadas pelo Estado (aval do Estado).

Em 1998 foi estabelecido o enquadramento legal do sistema de garantia mútua, baseado em sociedades privadas, suportadas por sua vez num mecanismo de resseguro público – o Fundo de Contragarantia Mútua.

No entanto, só depois de, em 2001, estas sociedades serem qualificadas legalmente como instituições de crédito (e por isso sujeitas à supervisão e regras de solvabilidade do Banco de Portugal) é que surgem as três primeiras sociedades de garantia mútua no nosso país – duas criadas a partir da carteira na posse da SPGM, e por cisão simples desta, e uma terceira criada de raiz.

Este estatuto foi considerado fundamental para suscitar a adesão da banca, uma vez que só assim as garantias prestadas possibilitavam uma ponderação de apenas 20% do crédito garantido para efeitos de cálculo dos rácios de solvabilidade, permitindo a libertação de uma importante parcela de capital próprio dos bancos.

Com a criação das três sociedades de garantia mútua, a SPGM retirou-se do mercado, dedicando-se à gestão do fundo de contragarantia, às funções de *back-office* das sociedades de garantia mútua, assegurando-lhes, com ganhos de eficácia, um leque alargado de serviços partilhados, e ao *marketing* estratégico e representação institucional do sistema.

Às três sociedades iniciais (estabelecidas, dentro de uma lógica de partilha regional do mercado, no Norte, Centro e Sul do País) veio a juntar-se, em 2006, uma quarta sociedade, que abriu o sistema ao sector agrícola e agro-florestal. Um ano mais tarde o sistema estende-se ao ensino superior, através da criação de uma nova linha de garantias associadas a empréstimos bancários a favor de estudantes e do alargamento do âmbito a pessoas singulares e do produto a garantias de carteira versus garantia de operações.

Quando, em finais de 2007, se começaram a fazer sentir em Portugal as repercussões da crise económica internacional, o sistema de garantia mútua estava já solidamente implantado, o que veio a permitir que desempenhasse um papel central na estratégia de combate à crise económica, proporcionando o acesso ao financiamento de muitos milhares de empresas, que, de outra forma, não teriam podido fazer face às necessidades imediatas de tesouraria.

Foi crucial a rapidez com que, mesmo antes do súbito agravamento da crise internacional (na sequência da falência do banco Lehman Brothers), foi lançada a primeira linha de crédito PME Investe. Tratava-se de uma linha de crédito bancário bonificado em que 50% do capital de cada operação era garantido pelas Sociedades de Garantia Mútua. A bonificação da taxa de juro, as comissões de garantia mútua, bem como a dotação do Fundo de Contragarantia Mútua (com vista à contragarantia das operações de financiamento) eram suportadas por financiamento público. Com um gasto de recursos públicos muito moderado (permitido pela forte alavancagem proporcionada pelo sistema), facultou-se assim a milhares de PME um acesso facilitado ao financiamento bancário, a um custo razoável, que de outra forma lhes estaria praticamente vedado.

Este instrumento foi sendo replicado e aperfeiçoado, com o lançamento sucessivo de novas linhas de crédito, estando presentemente em vigor a PME Investe IV. E estas linhas totalizam já 3,8 mil milhões de euros, que apoiaram mais de 30.000 PME.

Ao desempenhar um papel central no principal instrumento dirigido directamente ao financiamento das empresas, o sistema de garantia mútua mais que quadruplicou, em pouco mais de um ano, a sua carteira. Em Julho de 2008 tinha uma carteira viva de 550 milhões de euros, em cerca de 5 500 operações activas. Presentemente, aquele valor subiu para cerca de 2 500 milhões de euros em 40 000 operações activas. Estas garantias permitiram a mais de 30.000 empresas, que empregam mais de 200 000 trabalhadores, obterem crédito bancário superior a 5 000 milhões de euros. Mais de 35 mil empresas mutualistas, ou seja, mais de 10% das empresas portuguesas, estão hoje associadas ao sistema nacional de garantia mútua.

O aumento de actividade do sistema tem-se reflectido também na sua dimensão e capacidade: quando, em 2002, o sistema começou a funcionar segundo o modelo actual, o capital social do conjunto da SPGM e das três sociedades de garantia mútua então criadas, ou seja, os fundos próprios dos operadores deste sistema, eram de 17,67 milhões de euros. Hoje (incluindo também a quarta sociedade, Agrogarante, criada em 2006) são de 225 milhões de euros.

Por seu lado, o Estado, através do aumento do capital do Fundo de Contragarantia Mútuo, de 25 milhões quando foi constituído para os actuais 415 milhões, soube acompanhar esta evolução, no âmbito da parceria público-privada que caracteriza o sistema, continuando a assegurar a sua adequada solvabilidade e consequente capacidade operacional.

Só assim foi possível que, desde a sua origem, o sistema de garantia mútua em Portugal tivesse contratado um total acumulado de 2 700 milhões de euros de garantias, que induziram o financiamento de um total de 5 500 milhões de euros de investimento, possibilitando um total de mais de 6 000 milhões de euros de investimento financiado. E recordemos que estes 6 000 milhões de investimento privado têm por base um investimento público de apenas 435 milhões de euros (no capital do FCGM e da SPGM), ou seja, uma alavancagem de cerca de 15 vezes dos fundos públicos alocados a este sistema, ao longo de uma década (acrescidos, no último ano, é certo, pelas bonificações atribuídas e pelas comissões suportadas através das linhas PME Investe, em parte financiadas pelos fundos comunitários).

Além disso, não podemos esquecer o impacto destes números junto do sistema bancário: para além da diminuição do risco que permitiram, o sistema reduziu a necessidade de capitais próprios da banca em mais de 2 000 milhões de euros, tendo em conta a ponderação em apenas 20% da parcela do crédito garantido, para efeitos de cálculo dos rácios de solvabilidade. Sendo a situação vivida nos mercados financeiros bem conhecida de todos nós, não preciso de comentar a importância destes números e o que significam em termos de contributo para a estabilidade do sistema bancário nacional e para o cumprimento das novas normas de Basileia II ou do novo nível acordado para o Core Tier 1 no espaço da UE.

Minhas senhoras e meus senhores,

Há cada vez mais indícios de que o pior da pior crise económica mundial dos últimos 75 anos já terá passado. A generalidade dos indicadores mostra agora, ou um forte abrandamento na sua contracção, ou mesmo uma evolução positiva. Mais encorajador ainda é o facto das previsões internacionais estarem, na última semana, a ser revistas em alta. Particularmente no caso do nosso país, as estimativas do Eurostat para o desemprego foram também revistas favoravelmente. A recuperação parece estar a chegar, lentamente, mas mais cedo do que o que era esperado.

Evidentemente, temos de ser muito prudentes face a estes sinais: o Presidente do BCE previu há dias que, passada a forte contracção da actividade económica, teremos agora um período de estabilização e uma recuperação muito gradual. Não podemos ignorar que a capacidade de produção instalada vai continuar a manter uma fraca taxa de utilização nos próximos meses. A OCDE alerta para o facto da concessão de crédito bancário estar ainda a declinar e para a necessidade de continuidade dum forte estímulo das políticas públicas, no curto prazo.

Em suma, o pós-crise deve ser preparado com particular prudência nas expectativas, mas com ousadia na acção.

Para além da permanência dos problemas estruturais, que enfrentávamos antes da crise e da situação dramática no mercado de trabalho, que demorará ainda a responder, sempre com um atraso de pelo menos 9 a 12 meses, a uma recuperação que se prevê, assim, lenta e gradual, confrontarmo-nos-emos nos próximos meses com dois problemas que não podem ser menosprezados:

Em primeiro lugar, o financiamento das empresas, que permanece limitado, do lado da oferta, por razões objectivas (o agravamento dos rácios de solvabilidade, num contexto em que a saúde do sistema bancário ainda não foi restabelecida) mas também por factores subjectivos (a percepção do risco é mais aguda e a aversão ao risco mais generalizada).

Gostaria de contrapor, a este propósito, que não é verdade que, numa situação de pós-crise, o risco comercial seja maior: a crise levou a uma clarificação e depuração no tecido empresarial; as empresas que sobreviveram demonstraram uma boa capacidade; as piores empresas, que estavam a perturbar o bom funcionamento do mercado, não terão resistido, tornando assim o mercado mais concorrencial.

Em segundo lugar, após a queda abrupta, no segundo semestre de 2008, os preços da energia e das matérias-primas retomaram já, desde o início do ano, a sua tendência de crescimento. Não tenho dúvidas que, com a consolidação dos sinais de recuperação da economia mundial, esta tendência só poderá acentuar-se.

Neste contexto, gostaria de deixar duas mensagens:

A primeira, dirigida às sociedades de garantia mútua, que têm a responsabilidade de, por contrapartida da cobertura do seu risco em 50% por parte de um fundo de capitais públicos, assumirem objectivos não puramente comerciais, sendo mais ousadas na concessão de garantias às PME, sem prejuízo de uma criteriosa avaliação do risco.

A segunda, dirigida à banca, que, pela mesma razão, deverá fazer reflectir em benefício das empresas o forte apoio recebido do Estado e a vantagem (a que já me referi) da partilha de risco e da redução do consumo de capitais próprios, sendo mais proactiva na concessão de crédito e moderando o seu custo.

Aliás, esta situação é transversal ao espaço da UE, e a recente posição assumida pela Chanceler Merkel, pelo Presidente Sarkozy e pelo Primeiro-ministro Brown na carta conjunta que dirigiram ao Presidente do Conselho Europeu, antecipando e preparando a reunião do G 20 prevista para os próximos dias 24 e 25, é clara na proposta para avanços determinados quanto ao governo, transparência e política de remunerações do sistema financeiro e quanto ao maior controlo das actividades especulativas, quando os estados membros e, portanto, as suas populações, se mobilizaram fortemente para apoiar o sector financeiro.

Dito isto, quero apenas fazer eco de uma das principais conclusões que resultaram da primeira cimeira de líderes das organizações de garantia às PME, que teve lugar em Lisboa, há dois anos, na qual tive a honra de participar, conclusão que mantém hoje toda a actualidade e toda a pertinência: ***a necessidade de uma parceria estratégica entre PME, sector bancário e o Estado, com o objectivo de promover o instrumento garantia a um nível global como uma das melhores formas de alavancar as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento das PME e do empreendedorismo.***

Para terminar, queria aproveitar a presença do Prof. Castro Guerra e do Dr. José Carlos Furtado para expressar o reconhecimento pelo facto de, no cumprimento das suas responsabilidades como dirigentes do IAPMEI (e depois, no caso do Prof. Castro Guerra, como membro do Governo), terem propiciado a manutenção da mesma equipa, ao longo destes 15 anos, à frente do projecto de constituição, consolidação e desenvolvimento da garantia mútua em Portugal. Essa foi, não tenho dúvidas, condição indispensável para que o sistema tenha podido responder com sucesso ao enorme esforço a que foi (e está ainda a ser) submetido no desafio que lhe foi lançado, através das linhas de crédito PME Investe, na resposta às dificuldades financeiras das PME, ao longo dos últimos 12 meses.

A máxima futebolística “em equipa ganhadora não se mexe” foi seguida. Também o deveria ser em muitos outros aspectos da nossa vida social e política...